



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – LICENCIATURA

**O meio circulante na República do Brasil ao final do século XIX e início do
século XX:**

Acesso à moeda oficial e a simbologia republicana

Eduardo Hudson Araújo

Foz do Iguaçu
2022

**O meio circulante na República do Brasil ao final do século XIX e início do
século XX:**

Acesso à moeda oficial e a simbologia republicana

Eduardo Hudson Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Rosângela de Jesus Silva

Foz do Iguaçu
2022

EDUARDO HUDSON ARAÚJO

O MEIO CIRCULANTE NA REPÚBLICA DO BRASIL AO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO

XX:

ACESSO À MOEDA OFICIAL E A SIMBOLOGIA REPUBLICANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Dra.) (Rosangela de Jesus Silva)
UNILA

Prof. (Dra.) (Ana Rita Uhle)
(UNILA)

Prof. (Dra.) (Endrica Geraldo)
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 02 de agosto de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Eduardo Hudson Araújo

Curso: História - Licenciatura

	Tipo de Documento
(X) graduação	(X) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: O meio circulante na República do Brasil ao final do século XIX e início do século XX: Acesso à moeda oficial e a simbologia republicana

Nome do orientador(a): Dra. Rosângela de Jesus Silva

Data da Defesa: 02/09/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

RESUMO

O presente artigo visa analisar as moedas brasileiras de baixo valor que circularam ao final do século XIX e início do século XX. Objetivamos contribuir para o entendimento de fatores que possibilitaram a construção hegemônica do meio circulante oficial, e o acesso ao numerário de baixo valor fiduciário no território brasileiro. Pretendemos também realizar um aporte para auxiliar na compreensão dos ícones escolhidos na transição da Monarquia para a República brasileira e as representações escolhidas do ideal republicano e seu reflexo na nossa produção numismática. Para isto, foi utilizado como fio condutor a legislação nacional que afeta a moeda divisionária, e me apoiei em produções de estudiosos da área de numismática, principalmente nos textos dos autores Álvaro de Veiga Coimbra em suas produções entre os anos de 1956 e 1960 e Eugênio Vergara Caffarelli em 2002. Pretende-se demonstrar que as moedas são importantes vestígios históricos para compreensão de uma época pela sua ampla circulação entre a população. Enquanto produções oficiais são constantemente marcadas pelas mudanças econômicas e políticas que podem ser observadas, por exemplo, nas escolhas de representações iconográficas ali estampadas. Há uma multiplicidade de perspectivas a serem pesquisadas em torno deste objeto tão cotidiano

Palavras-chave: Numismática. Iconografia. República do Brasil

ARAÚJO, E. H. **O meio circulante na República do Brasil ao final do século XIX e início do século XX:** O acesso à moeda oficial e a simbologia republicana. 2022. p. 31 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História-Licenciatura) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las monedas brasileñas de bajo valor que circulaban a finales del siglo XIX y principios del siglo XX. Nuestro objetivo es contribuir a la comprensión de los factores que posibilitaron la construcción hegemónica de la moneda oficial y el acceso a efectivo con bajo valor fiduciario en territorio brasileño. También pretendemos hacer una contribución para ayudar en la comprensión de los iconos elegidos en la transición de la Monarquía a la República Brasileña y las representaciones elegidas del ideal republicano y su reflejo en nuestra producción numismática. Para ello, utilicé como guía la legislación nacional que afecta a la moneda fraccionaria, y me apoyé en las producciones de estudiosos del área numismática, principalmente en los textos de los autores Álvaro de Veiga Coimbra en sus producciones entre los años 1956 y 1960 y Eugênio Vergara Caffarelli en 2002. Se pretende demostrar que las monedas son importantes vestigios históricos para comprender una época debido a su amplia circulación entre la población. Mientras que las producciones oficiales están constantemente marcadas por cambios económicos y políticos que se pueden observar, por ejemplo, en las elecciones de representaciones iconográficas allí estampadas. Hay una multiplicidad de perspectivas para investigar en torno a este objeto cotidiano.

Palabras clave: Numismática. Iconografía. República de Brasil

ABSTRACT

This article aims to analyze the low value Brazilian coins that circulated at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. We aim to contribute to the understanding of factors that enabled the hegemonic construction of the official currency, and access to cash with low fiduciary value in Brazilian territory. We also intend to make a contribution to assist in the understanding of the icons chosen in the transition from the Monarchy to the Brazilian Republic and the chosen representations of the republican ideal and its reflection in our numismatic production. For this, I used as a guide the national legislation that affects the divisional currency, and I relied on the productions of scholars in the numismatics area, mainly on the texts of the authors Álvaro de Veiga Coimbra in their productions between the years 1956 and 1960 and Eugênio Vergara Caffarelli in 2002. It is intended to demonstrate that coins are important historical vestiges for understanding an era due to their wide circulation among the population. While official productions are constantly marked by economic and political changes that can be observed, for example, in the choices of iconographic representations stamped there. There is a multiplicity of perspectives to be researched around this everyday object.

Keywords: Numismatics. Iconography. Republic of Brazil

Lista de imagens

Imagem 1 - Peça da Coroação em (CAFFARELLI, 2002 p. 38)

30

6.400 réis

Ø 32 mm – Peso: 14,40 g

Fino: 13,145 g

Espessura: 1,25 mm

Bordo: círculo de tulipas

Sem valor declarado

79

1

1822 R

64



Imagem 2 - Morro velho em (CAFFARELLI, 2002 p. 366-367)

ANVERSO: No centro, em três linhas horizontais, MORRO VELHO 1849 dentro de dois círculos concêntricos. A orla é ornamentada de folhas.

REVERSO: No centro, em duas linhas horizontais, 80 RÉIS dentro de dois círculos concêntricos. A orla é ornamentada de folhas.

METAL: Zinco – Ø 37,00 mm

(Ver: M.H.N. nº 236 pág. 43 –
Meili nº 131 – Souza Lobo nº 3.)



“São as moedas particulares mais importantes e numerosas, muito conhecidas pelos numismatas e colecionadores” (CAFFARELLI, 2002 p. 362)

Imagem 3 - 100 réis imperiais em (CAFFARELLI, 2002 p. 92)

129

100 réis (um tostão)
Ø 27 mm - Peso: 10,00 g
Espessura: 2,00 mm
Bordo: liso

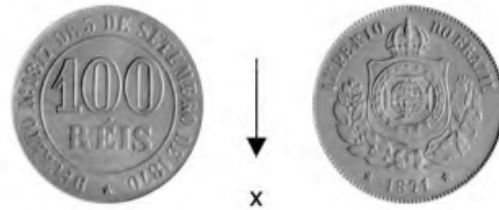


Imagem 4 - 100 réis republicanos em (CAFFARELLI, 2002 p. 116)

152

100 réis
Ø 27 mm - Peso: 10,00 g
Espessura: 2,00 mm
Bordo: liso



Imagem 5 - 100 réis da série MCM I em (CAFFARELLI, 2002 p. 127)

163

100 réis
Ø 21 mm - Peso: 5,00 g
Espessura: 1,80 mm
Bordo: liso



744 111 1901 75.000.000

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O COLECIONISMO DA ARISTOCRACIA	12
3	A POPULARIZAÇÃO DA MOEDA NO BRASIL E A MOEDA OFICIAL	15
4	A SALVAGUARDA DO ESTADO BRASILEIRO E A MOEDA OFICIAL NO COTIDIANO	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

Introdução

No ano da produção deste texto será comemorado o bicentenário da independência do Brasil, evento importante para a produção numismática brasileira, devido a emissão da 'Peça da Coroação', e as produções seguintes que a homenageiam. O ano de 1822 marca a cunhagem da moeda mais valorizada da nossa numismática, produzida em comemoração à cerimônia da coroação de Dom Pedro I e primeira moeda produzida no Brasil independente. Este evento movimentou o colecionismo numismático e fez os olhares se voltarem para as moedas produzidas no Brasil.

Nesta retomada do meio circulante brasileiro de diferentes épocas, encontro solo fértil para destacar moedas ricas em História e desvalorizadas pela sua cotidianidade. Tendo em vista a não homogeneidade do processo de difusão da moeda metálica no Brasil, percebo ser relevante a reflexão de como este meio de propaganda oficial foi utilizado pelos governos republicanos nos primeiros anos e como se desenvolveu a busca de suas representações, e diferenciação com regimes anteriores. Utilizamos como procedimento as descrições iconográficas e quantidade de peças cunhadas como parâmetros primários desta análise.

Objetivamos contribuir para o entendimento de fatores que possibilitaram a construção hegemônica da moeda oficial, e ao acesso do meio circulante de baixo valor fiduciário no território brasileiro. Estes processos se desenvolvem principalmente entre o último quartil do século XIX e início do século XX. Pretendemos também realizar um aporte para auxiliar na compreensão dos ícones escolhidos na transição para a República brasileira e as representações escolhidas do ideal republicano e seu reflexo no nosso numerário, discutiremos também a permanência e fácil acesso atualmente através do colecionismo às peças da série MCMI, única cunhagem brasileira com a data em algarismo romanos.

Para isto, foi utilizado como fio condutor a legislação nacional que afeta a moeda divisionária, e me apoiei em produções de estudiosos da área de numismática, principalmente nos textos dos autores Álvaro de Veiga Coimbra em suas produções entre os anos de 1956 e 1960 e Eugênio Vergara Caffarelli em 2002. Relacionei estes extensos materiais com artigos de: Ângela de Castro Gomes e Mônica Almeida Kornis (2002), Leandro Salman Torelli (2007), Cláudio Umpierre Carlan (2010 e 2015), Natalia Majluf (2013), Luciano Martins (1987), dentre outros.

O estudo numismático começou por se ocupar somente com as moedas mais antigas, e com o decorrer do tempo ampliou seu campo de estudo para a moeda como um todo, abrangendo a moeda contemporânea e seus variados aspectos (COIMBRA, 1956: p. 241).

Porém, para a realização deste texto encontramos todavia poucas produções contemporâneas voltadas para este tema, se acentuando esta falta em relação às moedas republicanas. Para tentar compreender esta invisibilidade, encontramos respostas no artigo das pesquisadoras Ângela de Castro Gomes e Mônica Almeida Kornis (2002). Este texto nos traz questões importantes sobre a dificuldade do reconhecimento das moedas republicanas como objeto da História e como a numismática é pouco frequentada por estes acadêmicos. Com a intenção de contribuir para este debate, desenvolvo este texto para todos aqueles que compreendem a moeda como vestígio dos debates de uma época (BURKE, 2004).

Partimos do colecionismo da aristocracia para compreender a dupla percepção da moeda: algumas portadoras de virtudes museológicas e outras fadadas à desvalorização pela cotidianidade. Seguimos para a escassez metálica que afetava o Brasil imperial e os subterfúgios encontrados para suprir a demanda de moedas divisionárias, comentamos as escolhas das representações para substituição da figura do rei durante a transição republicana (MAJLUF, 2013). Por fim contextualizamos o cenário em que a economia brasileira se consolida internacionalmente, solucionando a insolvência que rondava a questão econômica do Estado na formação republicana, e apresentamos como refletiu no nosso numerário este ajuste das contas públicas.

O Colecionismo da Aristocracia

O colecionismo é o processo de adquirir e possuir coisas de forma ativa, seletiva e apaixonada (BELKS, 1995: p. 477-492). O colecionismo numismático se diferencia e se destaca pelo próprio artigo colecionável ser o meio circulante, contemporâneo ou de épocas passadas, o dinheiro assume assim um novo papel. Para além do dinheiro ser o meio de expandir a coleção com a compra de peças, por vezes, passa a integrá-la com a variedade de moedas correntes.

Historicamente o colecionismo é uma expressão hierárquica vinculada à aristocracia. Encontramos referências de relatos no século I da Era Cristã acerca da importante coleção numismática do Imperador Augusto (CARLAN, 2010: p. 17). Mais adiante, durante o Renascimento Carolíngio (747 – 814) a atividade de colecionistas foi impulsionada, quando no governo de Carlos Magno foram estabelecidas leis para a recuperação de tudo que lembrasse Roma. Por meio de uma importante atividade cultural, o imperador franco é reconhecido como legítimo sucessor de Roma. *“Notamos a influência do passado, legitimando o presente e o futuro.”* (CARLAN, 2010: p. 18)

O Renascimento traz uma nova perspectiva para a numismática, sendo os primórdios do estudo de moedas¹. Neste período tivemos importantes contribuições de Francesco Petrarca (1304 – 1374), que via as moedas como um modo de conhecer as culturas pelo mundo, mesmo que ainda por caráter aristocrático. A partir do Renascimento Artístico Italiano, mais precisamente no século XV, em busca de uma legitimidade na antiguidade se apresentam imitações das representações gregas e romanas, que passam a compor as salas das elites durante o fim da idade média. Esta busca imagética se expressa em diversos objetos da época, inclusive nas moedas. Sob este novo olhar, em conjunto com a Expansão Marítima, faz com que as realezas europeias dos séculos XVI e XVII adquiriram suas próprias coleções².

“O Renascimento viria, portanto, a produzir uma mudança de perspectiva, ainda que o caráter aristocrático fosse mantido, se não mesmo reforçado, pelo humanismo nascente. Os homens do Renascimento lutaram pelos valores humanos, em substituição ao domínio sem contraste da religião, em uma luta contra o teocentrismo, que prevalecera por longos séculos. Em sua batalha intelectual, mas também prática e política, buscaram inspiração na Antigüidade grega e romana e condenaram seus imediatos antecessores que teriam vivido um período de trevas, que denominaram de Idade Média, entre a Antiga e o Renascimento da glória dos antigos.” (CARLAN, 2010: p. 18)

Apesar do aumento do interesse do estudo numismático durante os séculos XVI e XVII, seu desenvolvimento ainda não constituiu nenhuma sistematização. O estudo sistematizado de moedas ocorreu somente ao final do século XVIII, quando José Eckhel elabora os primeiros padrões científicos para a catalogação de moedas e medalhas³. Seu trabalho insuflou a produção de obras numismáticas e apareceram várias publicações em Paris sobre esta temática durante o decorrer do século XIX. O tema que ocupava a atenção dos eruditos desta época pouco se alteraram desde o Renascimento, ou seja as antiguidades gregas e romanas.

Na Europa até o final do século XVIII, os Estados eram monárquicos e de direito divino, com isto a identificação da nação baseada na casa real. Somente ao final deste século, com a Revolução de 1792, muda-se a concepção do patrimônio. Neste contexto, através de

¹ “Devem os primeiros estudos das moedas antigas a sua elaboração aos eruditos do Renascimento, como o *Tractatus de Origine Monetarium de Oresmius (1385)*, a *Miscellanea de Ângelo Policiano, aparecida em 1489*, o *Liber de Origine et Ratione Monetæ, do Bispo de Worms (1503)* e sobre todos o célebre *De Asse et Partibus Eius, de Guilherme Budeu, que data de 1515.*” (COIMBRA, 1956: p. 242)

² As primeiras moedas produzidas em nosso território refletem a diversidade de novas moedas surgidas nos séculos XVI e XVII e seu papel simbólico de reforçar o domínio territorial frente as coroas europeias. Foram as moedas obsidionais, os florins holandeses produzidos em 1645, as primeiras moedas fabricadas em nosso território e que carregam a legenda ‘BRASIL’ (COIMBRA, 1959: p.235-242)

³ “Tendo com base a coleção do Cardeal Médici, em Florença (Eckhel trabalhou muitos anos com essa coleção), estabelece a organização das peças cronologicamente (por países, reis, governos) em seu livro *De Doctrina Nummarum Veterum v*, escrita em oito volumes. Até hoje, referência nos museus quanto à organização dos acervos numismáticos “(CARLAN, 2007: p. 26).

decretos jurídicos que instituem a preservação do Patrimônio Histórico Francês, os bens da Igreja, realeza e nobreza passam a pertencer ao Estado. “*Em 1793 Louvre é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais.*” (CARLAN, 2010: p. 5) Sendo assim, estas coleções pessoais pertencentes à aristocracia passam a integrar o acervo oficial e importantes formuladores da sua identidade nacional.

No caso brasileiro, o primeiro museu fundado em nosso território ocorreu em 1818, tendo o regente D. João VI como criador e doador da primeira coleção de história natural que o integra. Poucos anos a seguir, em 1822 ocorre a independência do Brasil, sendo definido como o primeiro imperador D. Pedro I (1798 - 1834), filho do regente português. Notamos neste período a preocupação do nosso primeiro governante do país recém independente com a identidade nacional e sua oposição ao governo anterior. Poucos dias após ao 7 de setembro, data oficial da independência, foram criadas as Armas Imperiais substituindo a Coroa Real por decreto de 1 de Dezembro do mesmo ano.

Após a independência foi marcante o empenho de demonstrar a ruptura por meio das representações oficiais, e a moeda teve um importante papel neste contexto. Através do decreto imperial de 19 de novembro de 1822 foi ordenada em caráter de urgência a cunhagem das primeiras moedas genuinamente brasileiras, estas moedas produzidas em ouro seriam entregues durante a cerimônia da coroação. Estas peças foram produzidas por ordem verbal do imperador, sucedida por um relatório da Casa da Moeda, legitimando assim sua produção. A pouca produção e decorrente escassez em conjunto a sua importância histórica constituem assim aspectos que aumentam sua valorização e interesse nesta moeda.

A Peça da Coroação ([Imagem 1](#)), como ficou conhecida esta moeda, é atualmente a mais valorizada da numismática brasileira. Foram produzidas apenas 64 unidades desta moeda⁴, a baixa tiragem é justificada devido a recusa do imperador de dar prosseguimento a cunhagem desta peça. Um dos possíveis motivos do desagrado pode ter sido a representação de “*sua efigie de busto desnudo e laureado à romana*” (COIMBRA, 1960: p. 239). O reconhecimento da importância desta peça pode ser notado pela sua exibição já em 1861 no

⁴ “*Apesar de o Decreto de 19 de novembro de 1822 ter requisitado 63 moedas de ouro de 6.400 réis, o Provedor da Casa da Moeda, através da Carta de 27 de agosto de 1823, comunicava ao Presidente do Tesouro Público que as moedas cunhadas por ocasião da coroação de D. Pedro I haviam sido 64. Um exemplar ficou na Casa da Moeda como demonstração da cunhagem efetuada e agora se encontra no Museu do Banco Central, em Brasília.*” (CAFFARELLI, 2002: p. 38)

medalheiro da Casa da Moeda (POLIANO, 1944 Apud COIMBRA, 1960: p. 239), ou seja, menos de meio século após sua produção.

Em 1881 sob a direção da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão pleiteou a criação de uma sessão numismática.

“incontestável, dizia êle, que moedas e medalhas são antes de tudo documentos subsidiários da história, por consequência o seu lugar próprio não é ao lado das coleções de história natural, que por si sós dariam assunto sobejo para a aplicação dos ilustres trabalhadores do Museu; o lugar da numismática é ao lado da história, e o da história é na Biblioteca Nacional” (RODRIGUES, 1957: p. 408)

A importância que a moeda assume durante o século XIX e parte do século XX, tem uma posição privilegiada para sua análise, sendo este campo amplamente explorado neste período. Portanto a numismática é uma das mais antigas disciplinas entre as chamadas ciências auxiliares da história (GOMES e KORNIS, 2002: p. 7). Porém este destaque para o campo de pesquisa numismático tem diferentes projeções de acordo com os objetivos de cada época.

Durante as primeiras décadas da República brasileira, principalmente até o final da terceira década do século XX, percebemos o objetivo de legitimação do Estado Nacional através do registro museológico numismático, ou seja, as moedas presentes nos museus, supostamente, representando o nosso passado oficial. Neste processo de curadoria se formula a identidade cívica que se objetiva construir, variando a formulação de acordo com os interesses do Estado. Em oposição ao reconhecimento museológico da numismática, percebemos a inviabilidade que recebem algumas das moedas republicanas. Através da Lei nº 5.700 de 01 de Setembro de 1971, se institui os Símbolos Nacionais⁵, percebe-se a ausência das moedas mesmo que estas sejam produções oficiais e portadoras dos símbolos republicanos.

A popularização da moeda no Brasil e a moeda oficial

“Sua cunhagem torna-se monopólio e sinal de poder soberano desse Estado, tanto no que diz respeito ao controle dos fluxos econômicos em um território, quanto no que se refere à sua capacidade de extrair recursos da sociedade. Moeda e processos de construção identitária, nacional ou não, são elos de uma mesma cadeia que está sempre em movimento, refazendo-se, renovando-se.” (GOMES e KORNIS, 2002: p. 8)

⁵ Os símbolos nacionais instituídos pela Lei nº 5.700 são: a Bandeira Nacional; o Hino Nacional; as Armas Nacionais; e o Selo Nacional.

A escassez de moedas metálicas no Brasil foi uma realidade que transpassou desde os primeiros séculos de colonização europeia⁶, alcançando as primeiras décadas de formação republicana. A necessidade de moedas de baixo valor para realização de pagamentos de salários e pequenas transações, especialmente nas regiões mais afastadas da capital, desenvolveu subterfúgios que se expressam na multiplicidade do nosso numerário durante o decorrer do século XIX, com artigos que assumem o poder fiduciário. Observamos esta diversidade do meio corrente brasileiro nos carimbos particulares (CAFFARELLI, 2002, p. 100) e moedas particulares e fichas (CAFFARELLI, 2002, p. 359), produções particulares que dividem espaço com as produções oficiais do Estado.

A formação do Brasil independente ocorre com o empenho da evasão metálica advinda da volta de D. João VI e sua corte para Portugal (CAFFARELLI, 2002, p. 362). A emancipação brasileira manteve o mesmo sistema monetário anterior, prorrogando a atuação em problemas econômicos que requerem a atenção do governo. Somente em 1833 foi criado o primeiro sistema monetário pensado para o caso brasileiro, definindo novos padrões e valores. Este novo sistema monetário brasileiro continha medidas de saneamento do numerário nacional, e o meio circulante sofria da falsificação endêmica de moedas de cobre durante o Primeiro Reinado.

“Mas esse processo de saneamento assentado no troco das moedas de cobre foi causa de muita confusão. O troco deveria ser feito simultaneamente em todas as Províncias do Império, a fim de evitar o desajuste nas transações comerciais; o que aconteceu porém, foi que as mesmas províncias ficaram sem dinheiro, e as cédulas e conhecimentos, pelos quais eram trocadas as moedas, tornaram-se pouco valorizados e insuficientes criando dificuldades e insatisfações” (CAFFARELLI, 2002, p. 362- 363)

A deficitária quantidade de moedas de baixo valor nos primeiros quarenta anos do Segundo Reinado (1840 - 1889), fez com que muitos particulares utilizassem a moeda de cobre. Estas moedas eram carimbadas e remarcadas para atender a falta da moeda divisionária (LOBO, 1908: p. 181 Apud. CAFFARELLI, 2002, p. 110). A escolha pelo uso da moeda de cobre para resolver o problema da falta de numerário de baixo valor se deu pela inexistência de indústrias que pudessem atender esta necessidade, direcionando o comércio

⁶ A escassez metálica para transações internas foi característica presente durante o período colonial do Brasil, por esta necessidade diversos produtos da terra foram usados como moedas em transações internas. destacando o uso como moeda do Pano de Algodão e Zimbo, um molusco usado como moeda no Congo e Angola, prática continuada no Brasil (COIMBRA, 1959: p. 234). Segundo Coimbra “No entanto, no meado do século XVII, quando já circulavam no país moedas do Brasil Colônia, o padre Antônio Vieira, no primeiro domingo da Quaresma do ano de 1653, dizia num sermão pronunciado no Maranhão: "o dinheiro desta terra, é pano de algodão". E realmente assim era. Devido a escassez de moeda metálica naquela Província, o algodão em novelos, meadas e tecidos, corria como dinheiro.” (COIMBRA, 1956: p. 254)

do interior que ‘com maior impetuosidade’ optasse por esta alternativa, apesar de sua ilegalidade.

“Ora, não havendo no Brasil nenhuma indústria que então pudesse encarregar-se da cunhagem de moedas particulares, que tinham que ser cunhadas no estrangeiro, já que a Casa da Moeda do Rio não o podia fazer, passou-se a usar as próprias moedas em curso, contramarcando o cobre existente em grande profusão, apesar das constantes tentativas de recolhimento por parte do governo.” (PROBER,1957).

As mineradoras ([Imagem 2](#)) e grandes fazendas de café e açúcar utilizaram de moedas particulares para burlar esta escassez monetária, estas empresas adotam um numerário próprio, *“De giro restrito aos limites das propriedades da autoridade emissora, serviram desde longa data para o pagamento dos trabalhadores, que os utilizavam em suas transações.”* (CAFFARELLI, 2002, p. 362) A ineficiência do governo central em atender a demandas de moedas miúdas em território nacional⁷, desenvolveu a criação de pequenos bancos nas províncias que supriam a necessidade de moeda divisionária, através da emissão de vales que assumiam valor fiduciário.

A descentralização da produção da moeda corrente e penetração de vales particulares em circulação, se expressou como uma preocupação para o Governo Imperial. Em relatório da comissão nomeada pelo Governo Imperial em 1859, encarregada de proceder a um inquérito sobre aspectos do numerário em curso, foi sugerida a proibição deste tipo de emissões.

“Todas as medidas adotadas para o saneamento da moeda foram inúteis. A moeda metálica legal emigrou sempre para o estrangeiro. O ouro, expelido pela prata, esta pelo cobre, cuja falsificação originou a grave crise que a Regência tentou resolver com a emissão de papel moeda.” (CAFFARELLI, 2002, p. 364)

Ao final do Segundo Reinado, a gradual substituição do trabalho de pessoas escravizadas pela força de trabalho remunerada, advinda da imigração europeia, intensifica o fluxo de moedas em regiões agrícolas (CAFFARELLI, 2002, p. 364). Durante este período são cunhadas moedas imperiais em níquel⁸, estas são as primeiras moedas brasileiras produzidas neste material. Estas moedas têm em seu averso, inscritas na sua orla, a lei que a autoriza, e ao centro seu valor de face dentro de um disco linear. Em seu reverso, no centro as

⁷ *“O troco, nas crises mais agudas, se faz então com caixas de fósforo, selos, vales, etc. Houve ocasião em que o uso da caixa de fósforo tornou-se generalizado em cafés, armazéns e outras casas comerciais.”* (CAFFARELLI, 2002, p. 364)

⁸ - O níquel - *“Foi usado na Índia pela primeira vez no século III a. C. Voltou a ser empregado no século passado (XIX) em todos os países exceto a Inglaterra e hoje é usado como moeda divisionária, puro, ou mais ou menos ligado ao cobre.”* (COIMBRA, 1956: p. 550)

armas imperiais⁹, tendo a legenda ‘IMPÉRIO DO BRASIL’ a circundando na parte superior, interrompida pela cruz da coroa. (CAFFARELLI, 2002, p. 91)

As moedas imperiais produzidas em cuproníquel através do Decreto nº 1.817, de 3 de setembro de 1870 carregam os valores de 50, 100 (IMG 3) e 200 réis. A cunhagem das moedas imperiais desta liga são compostas por duas séries, a primeira série de 1871 a 1885 e a segunda série de 1886 a 1889¹⁰, sendo que durante a primeira não foram produzidas moedas de 50 réis¹¹. Somando ambas as séries em todos os seus valores, o total de peças imperiais produzidas em cuproníquel foi de 15.773.483 moedas cunhadas durante quase duas décadas de produção (CAFFARELLI, 2002, p. 91-99). O avanço da circulação destas moedas coíbe a prática de carimbos e contramarcas (COIMBRA, 1959: p. 445).

A transição para a República não modifica o sistema monetário brasileiro, somente se altera a simbologia representada nas moedas, se adequando ao novo sistema republicano (COIMBRA, 1960: p. 206). Também herdamos as políticas econômicas traçadas ao final do Segundo Reinado: "*Tal política consistia basicamente em substituir as emissões inconversíveis do Tesouro por emissões bancárias lastreadas em ouro, comprometendo-se o governo a não mais emitir.*" (CAFFARELLI, 2002, p. 399). Através do Decreto nº 3.403, de 24 de Novembro de 1888 é permitida a emissão de bilhetes ao portador por sociedades anônimas¹², estes bilhetes podem ser convertidos em moeda corrente e sua falsificação punidas pelo crime de moeda falsa¹³.

"Proclamada a República em 1889, a moedagem que tivera curso no Segundo Reinado foi pouco a pouco desaparecendo da circulação, excetuando-se as moedas de níquel de 100 e 200 réis que ainda por muitos anos estiveram em curso nos centros afastados. As moedas de ouro pouco circularam e as de prata foram propositalmente retidas por particulares ou com o fim de enriquecer os seus acervos ou ainda com o fito da exploração diante do ágio sempre crescente desse nobre metal" (JÚNIOR, 1945 Apud. COIMBRA, 1960: p. 550)

⁹ "foram criadas as armas imperiais constituídas do seguinte modo: sôbre um escudo verde, a esfera armilar de ouro atravessada pela cruz da Ordem de Cristo, circundada por uma orla azul com 19 estrêlas de prata (número das Províncias do Império no momento); encimando o escudo, uma corôa diamantina; como suportes dois ramos, um de *café* e outro de *tabaco*." (COIMBRA, 1960: p. 232)

¹⁰ "A 2a. série destas moedas de níquel apresenta uma única modificação; serem os valores cunhados sobre um fundo quadriculado em vez de fundo liso, como acontece com a moedagem da 1a. série". (COIMBRA, 1960: p. 549)

¹¹ "O cunho da moeda de níquel começou em 1871, sendo o da de 50 réis somente por ensaio. Em 1886, porém, tendo sido autorizada a cunhagem de novas moedas de 100 réis, pela Ordem n. 6, de 14 de janeiro, foi pela Ordem n. 72, de 17 de junho de 1886, autorizada a da moeda de 50 réis, começando em seguida a sua emissão. Estas moedas foram apelidadas de *Belisários*, nome do ministro da Fazenda que as mandou cunhar" (GALVÃO, 1905 Apud. COIMBRA, 1960: p. 549)

¹² "Permite ás companhias anonymas, que se propuzerem a fazer operações bancarias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e á vista, convertíveis em moeda corrente, e dá outras providencias." Decreto nº 3.403, de 24 de Novembro de 1888

¹³ "VII. A falsificação de bilhetes e a introdução de falsificados serão punidas com as penas comminadas pelo direito vigente ao crime de moeda falsa." (IBIDEM)

As primeiras moedas republicanas são autorizadas poucos meses após a proclamação. Através do decreto nº 54 B, de 13 de dezembro de 1889 é definida a produção de moedas em cuproníquel, bronze, prata e ouro. A cunhagem destas moedas ocorreu em 1890, embora com a data de 1889 (CAFFARELLI, 2002, p. 113).

As primeiras moedas republicanas cunhadas em liga de cobre e níquel são produzidas nos valores de 100 ([Imagem 4](#)) e 200 réis e carregam datas entre 1889 e 1900, somando um total de 53.164.463 de peças produzidas, contabilizando todas as cunhagens de ambas as moedas (CAFFARELLI, 2002, p. 114-115). As representações desta moeda denota uma continuidade iconográfica em relação a suas antecessoras imperiais produzidas no mesmo material, tendo o mesmo tamanho e sendo seu anverso praticamente inalterado em relação à segunda série de produções imperiais em cuproníquel. Estas moedas têm alterado em seu anverso somente as inscrições de sua orla, sendo na metade superior inscrito o lema positivista ‘ORDEM E PROGRESSO’ e na inferior a data de proclamação da República, ‘15 DE NOVEMBRO DE 1889’. Em seu reverso foi substituída as armas imperiais, dando lugar ao centro o Cruzeiro do Sul circundado por 21 estrelas, representando a união dos estados da federação em torno da República, consta em sua orla a legenda ‘REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL’ e em seu exergo da data de cunhagem (IDEM). Tendo em vista a circulação de moedas imperiais em períodos republicanos e a similaridade imagética, percebemos que as produções deste material transpassaram o período transicional que estabelece o governo republicano, demonstrando nesta continuidade do meio circulante, inspiração republicana nos símbolos do regime imperial.

Os símbolos monárquicos que respaldam o poder imperial tem uma nova projeção no plano simbólico, rompendo com o padrão imagético de reforço ao poder do rei, e assumindo novas representações que buscam a disseminação do ideal de cidadania, constituindo assim a identidade nacional e ideais cívicos que formulam a construção da República. As moedas imperiais produzidas em bronze, prata e ouro traziam o busto do monarca, portanto suas sucessoras republicanas demonstram uma ruptura maior de ordem iconográfica com a mudança de regime. Nestas moedas foram escolhidas para cada valor representações em seu reverso, nos menores valores das moedas em bronze e ouro o reverso contém a representação das armas da República¹⁴ As demais produções carregam a representação do Cruzeiro do Sul.

¹⁴ “Numa esfera de azul, cinco estrélas de prata, com a forma da constelação do Cruzeiro; por fora da esfera um círculo azul, orlado de ouro em ambos os bordos, com vinte estrélas de prata; por fora dêste círculo as cinco pontas duma estréla, partidas em pala, de verde e amarelo, orladas de vermelho e ouro, assentes sôbre uma corôa emblemática de fôlhas de **café** e **fumo** representadas com as suas próprias côres, entrelaçadas com uma espada desembainhada, posta em pala, de ponta para cima; tudo cercado dos raios duma auréola de ouro.

O anverso das moedas republicanas produzidas em cobre com os valores de 20 e 40 réis tem em seu centro o valor de face e sua orla com os dizeres ‘VINTEM POUPADO, VINTEM GANHO’ e ‘A ECONOMIA FAZ A PROSPERIDADE’ respectivamente.

No caso das primeiras moedas republicanas produzidas em prata e ouro, seu anverso não descreve o valor de face sendo este definido por seu peso em material cunhado. As moedas de 500 e 1.000 réis feitas em prata e moedas de 10.000 e 20.000 tem em seu anverso a representação de uma efigie feminina da liberdade¹⁵ com o barrete frígio¹⁶ voltado à esquerda. A instituição da República e a insatisfação com o regime escravagista são duas causas que engajam os intelectuais da época, *“Mas, uma vez abolida a escravatura, um ano antes da derrubada da monarquia, quis-se logo virar a página sobre sua existência e suas seqüelas.”* (MARTINS,1987: p. 72). Com isto, o pensamento que permeia os ilustres brasileiros¹⁷ na formação republicana se materializa nestas moedas, reforçando a utopia republicana e o ideal de liberdade, reflexo da causa abolicionista. Esta representação imagética se torna mais relevante se levarmos em conta a maioria iletrada da população no período, portanto não consumindo os materiais produzidos por nossa intelectualidade, que partilhava do sentimento de isolamento. *“Eles viviam num país de analfabetos, sem um “público” e um mercado, justamente num momento em que os valores capitalistas começavam a penetrar fortemente o mundo urbano”* (MARTINS,1987: p. 75).

“A república, por sua vez, era defendida pelos intelectuais no contexto de uma reforma das instituições políticas e sociais. De fato, a instituição da república era geralmente percebida como a panacéia contra todos os males que distanciaram o país desse “mundo civilizado” cujos produtos culturais constituíam o alimento e o espelho da maior parte dos intelectuais da época. Estes propagandistas republicanos, entretanto, eram bastante valorizados nessa monarquia que queriam ver desaparecer. O próprio imperador” ... “em suma, mais propriamente o protótipo de um candidato a uma Academia de Letras qualquer do que o exemplo de um autocrata. Mas a república

Em uma fita azul, por baixo, o dizer — Estados Unidos do Brasil — 15 de novembro de 1889 — em letras de ouro.” (COIMBRA, 1960: p. 204)

¹⁵ *“La imagen de la autoridad debe ahora recomponerse sobre requerimientos en extremo complejos, que suponen la representación de conceptos abstractos, pero prescindiendo de su principal herramienta visual, que fue desde siempre la personificación. Quizás solo en Francia una figura femenina —Marianne, la imagen de la república— haya logrado ganar un prestigio comparable al de los emblemas nacionales. Pero la primacía del caso francés en la discusión de las revoluciones globales ha conducido en los hechos a otorgar un peso desproporcionado a las imágenes alegóricas y a las personificaciones en la discusión de las iconografías americanas.”* (MAJLUF, 2013, p. 84)

¹⁶ *“Desde a Antiguidade, o barrete frígio simboliza a liberdade. Quando o gladiador em Roma era liberto, ele recebia dois símbolos da conquista dessa liberdade: a espada de madeira (rudis) e o barrete frígio. Os revolucionários franceses também usaram essa simbologia.”* (CARLAN, 2015)

¹⁷ As representações das moedas se alinham com as questões que ocupam a mente da intelectualidade brasileira em formação, segundo Martins *“A abolição da escravatura (o Brasil será o último país do mundo a fazê-lo) e a instituição da República são as duas causas que, pela primeira vez, engajam na ação política os intelectuais da época: filhos de famílias tradicionais educados na Europa, advogados, engenheiros, escritores, jornalistas, em suma o círculo bastante reduzido das pessoas “ilustradas” da segunda metade do século XIX.”* (MARTINS,1987: p. 72) As séries de moedas denominadas ‘Ilustres’ lançadas na primeira metade do XX homenageiam personagens e reforçam a gênese da formação da intelectualidade brasileira.

era concebida como a chave capaz de abrir o sistema político a novos atores e às desejadas reformas, ainda que estas fossem muito vagamente definidas.” (MARTINS, 1987: p. 73)

As produções oficiais explicitam a dualidade do pensamento republicano em relação ao regime anterior, refletindo em suas representações durante o seu estabelecimento. A busca de inspirações nos ícones imperiais, ocorre em conjunto com a omissão do tráfico de pessoas, característica marcante do período e motivo de vergonha da intelectualidade que se formava. A composição eleita, em concurso do Hino da República, escrita por Medeiros e Albuquerque (1867-1934) descreve incrédulo a existência de ‘escravos outrora’ neste país, sendo que a última lei que encerra a legalidade do trabalho forçado no país, ocorreu apenas dois anos antes (MARTINS, 1987: p. 72). A bandeira nacional e as armas republicanas, são símbolos que se apropriam de partes de ícones monárquicos. A legislação que autoriza a bandeira republicana, instituída pelo Decreto nº 4, de 19 de Novembro de 1889, define em seu corpo, a permanência das cores imperiais *“Considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do nosso exército e da armada na defesa da pátria”* (COIMBRA, 1960: p. 204). Nas armas republicanas, as alegorias que identificavam o poder reinol são substituídas por novas referências que se adequam ao novo regime, porém os ramos de café e fumo, importantes setores do nosso capital agroexportador, são continuados e assentam ambas armas, imperiais e republicanas. As escolhas de representações para compor o numerário republicano brasileiro e substituição da imagem monárquica refletem o duplo papel da intelectualidade da época e a influência do seu pensamento¹⁸, reconhecidos dentro de um sistema que pretendem reformar. As primeiras moedas republicanas, de diferentes formas, simbolizam debates efervescentes do período transicional que atravessa a primeira década de formação da República.

“En las monedas, más que en ningún otro soporte, el escudo nacional no es tanto la imposición de una nueva narrativa como la expresión misma de un cambio político mayor, que se sustenta en la despersonalización del poder.” (MAJLUF, 2013, p. 90)

O uso de vales e fichas particulares se estende até aos primeiros anos republicanos, somente proibido seu curso como de emissões ilegais em 1898, pelo Decreto nº 561 de 31 de

¹⁸ Notamos similaridades da substituição do busto do rei no caso brasileiro e nas independências espanholas, tendo em vista algumas especificidades, destacando a diferença temporal em que se instituem os regimes republicanos e a representação do busto monárquico substituído pelo escudo nacional ocorre em seu reverso e nas independências hispânicas em seu anverso. Esta relação carece de uma análise mais profunda que extrapolam os objetivos deste texto. Segundo Majluf *“Las primeras acuñaciones republicanas en América figurarán claramente la destitución del monarca, al reemplazar el busto del rey en el anverso de las monedas con el escudo nacional, el nuevo signo de soberanía”* (MAJLUF, 2013: p. 88)

dezembro (CAFFARELLI, 2002, p. 364) Neste período ocorrem os primeiros esforços para a moeda oficial republicana hegemônica em circulação legal¹⁹. Apesar do sistema monetário permanecer inalterado ocorreram mudanças das políticas econômicas republicanas que popularizaram o acesso à moeda oficial. Ao final do Segundo Reinado e as primeiras décadas republicanas, gradualmente, a moeda oficial tornou-se um artigo cotidiano para a população.

A salvaguarda do Estado brasileiro e a moeda oficial no cotidiano

“El reemplazo del rey por el escudo nacional en las monedas y el papel sellado define con claridad absoluta la materialización en imagen de una nueva idea del Estado-nación.”
(MAJLUF, 2013, p. 92)

A transição republicana no Brasil é bastante conservadora na questão econômica, mantendo inalterado o sistema monetário e políticas financeiras. Após a queda do império ocorreu uma incomum evasão de ouro na nossa nascente República, obrigando o novo governo a rever as políticas que vinham sendo seguidas (CAFFARELLI, 2002, p. 399). Através do Decreto nº165 de 17 de Janeiro de 1890, dois meses após a proclamação, se iniciam as reformas bancárias que desencadeiam a crise conhecida como ‘Encilhamento’²⁰. Estas reformas objetivavam incentivar a industrialização brasileira e estimular a atividade econômica por meio da expansão do crédito, não logrando seu objetivo industrializante e resultando uma extraordinária especulação na Bolsa de Valores do Rio²¹. A produção descentralizada de moedas oficiais realizadas por diversos bancos, garantidas o valor fiduciário por títulos do governo, fez com que a nossa primeira política econômica republicana gerasse um surto inflacionário que teve seu auge em 1891, mesmo ano da nossa primeira constituição republicana e produção da moeda de prata de 2.000 réis²². Esta moeda

¹⁹ Esta circulação hegemônica de moedas oficiais só foi alcançada durante o período Vargas. Através do Decreto nº 23.501, de 27 de Novembro de 1933 é determinado o curso forçado da moeda oficial brasileira.

²⁰ *“Reforma Bancária que consistia essencialmente em substituir o ouro pelos títulos da dívida do Tesouro como lastro das emissões; estas seriam feitas por extensa rede bancária em todo o País, além do Banco do Brasil; papéis dos bancos emissores teriam os mesmos privilégios das cédulas do Tesouro e preferência para a concessão de obras públicas. O resultado foi uma extraordinária especulação na Bolsa de Valores, que entrou para a história com o nome de Encilhamento”* (CAFFARELLI, 2002, p. 399)

²¹ *“Consequentemente o Encilhamento parece ter tido, de fato, um impacto muito limitado no aumento de capacidade da indústria têxtil, o que vem ao encontro de nosso argumento anterior. Como explicar, então, o que foi feito do capital quadruplicado das empresas do ramo? Pode-se apenas especular a respeito, com as informações existentes. Todavia a leitura do romance contemporâneo do Visconde de Taunay, (O Encilhamento: Cenas Contemporâneas Da Bolsa Do Rio De Janeiro Em 1890, 1891 E 1892, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1971) e suas descrições dos vários expedientes usados pelos aproveitadores do período, fornece algumas sugestões plausíveis”* (VERSIANI, 1975: p. 55)

²² No ano de 1891 é lançada a moeda de 2.000 mil réis, produzidas nos anos de 1891, 1896 e 1897 tendo um total de peças cunhadas, na soma dos três anos, de 210.000 peças. Esta moeda tem em sua representação a primeira efígie da República laureada representadas em moedas do Brasil, distinguindo de outras produções que

insere no nosso numerário a representação da efígie da República laureada, que apesar de grandes diferenças iconográficas, está adaptada em nosso numerário metálico contemporâneo nas moedas de um real.

O uso de efígies laureadas advém de sua habitual representação em moedas gregas. Esta prática se inicia no século V antes da Era Comum e se estabelece como padrão iconográfico das moedas gregas durante o período helenístico (LAKY, 2008: p. 224). A representação de adornos na cabeça com ramos de parreira ou louro simbolizam a vitória (LAKY, 2008: p. 234). O cadente uso da representação do barrete frígio ao passar da proclamação republicana, símbolo de liberdade, Em contraposição ao crescente uso de representações da efígie da República laureada, símbolo da vitória, pode ser indício da mudança das projeções almejadas nesta nova etapa de construção da identidade nacional nos primeiros anos republicanos.

“O sistema comercial, que comandava a fazenda, obedecia ao sistema monetário dos centros importadores de bens. No regime da produção escravista, o padrão-ouro funcionava sem atritos, absorvendo, com relativa rapidez, as crises de exportação, geradas pela diminuição física ou pela queda de preços” [...] “Com o trabalho assalariado, em 1889, os mecanismos não funcionavam com a mesma desenvoltura, dado que o dinheiro era urgentemente necessário para assegurar a exploração agrícola.” (FAORO, 1974: p. 194)

O Estado republicano brasileiro ainda em consolidação, teve suas finanças impactadas pela crise cambial de acesso ao crédito. Agravada a esta crise financeira brasileira, em 1891 ocorre a extinção da quota-ouro aplicada para exportações. Devemos compreender o caráter predominante agro-exportador brasileiro no período transicional e primeiras décadas de formação republicana, baseado principalmente no complexo cafeeiro que se destaca como principal setor econômico durante a mudança de regimes, representando mais da metade da renda nacional (TORELLI, 2007: p. 10). O aumento da procura e conseqüente aumento de preço do café ao final do regime imperial incrementou sua produção, que pelo tempo de maturação dos pés de café de cinco anos (TORELLI, 2007: p. 3), ocorreu sua colheita em meio ao surto inflacionário decorrente da crise do encilhamento.

A produção cafeeira tem a sua rentabilidade assegurada, apesar da diminuição da demanda externa e aumento da produção interna, balanceada pela desvalorização da moeda nacional, o que garante o lucro para os exportadores. (TORELLI, 2007: p. 4). Os efeitos da alta cambial são amenizados pelo valor de exportação do café, e a queda do seu preço em 1896 acarreta uma dificuldade para o Estado que se formava. O déficit nas suas contas públicas prenunciava o contexto de insolvência vivido pela República brasileira. Neste

traziam o efígie com o barrete frígio. Apesar da grande diferença iconográfica esta moeda integra o meio circulante vigente no período.

cenário de crise financeira do Estado, em conjunto com o declínio nos lucros da nossa principal atividade econômica no período, "*visto que, em primeiro lugar, o café representava mais da metade da renda nacional*" (TORELLI, 2007: p. 10) . O Brasil também enfrentava uma crise política na nossa instável república, com conflitos entre as oligarquias regionais e o poder federal que se inicia desde a nossa fundação republicana.

“Tratava-se de provar às elites nacionais e ao mundo que o Brasil poderia viver sem o poder moderador, e que o Estado republicano tinha capacidade de integrar e pacificar o país por meio de um regime federativo e presidencialista (Kugelmas, 1986, p. 71-72). Foi num pacto de elites regionais que se apaziguou o país e num acordo financeiro que colocou o Brasil “no seu devido lugar” na lógica do sistema capitalista internacional que se acomodaram as linhas gerais das questões políticas e econômicas na Primeira República.” (TORELLI, 2007: p. 6)

A integração do país sob um regime federalista e a estruturação da *pax republicana* tem sua consolidação iniciada com medidas aplicadas durante o governo de Campos Salles (1898 - 1902). A desordem política é amenizada pela *Política dos Governadores*²³, enquanto a sobrevivência econômica da República foi assegurada pelo *Funding Loan*²⁴ em conjunto com políticas protecionistas²⁵ (TORELLI, 2007: p.5). A crise do preço do café, no entanto, foi uma questão que transpassou seu governo e de seu sucessor, somente resolvida com o Convênio de Taubaté (CASALECCHI, 1987, p. 101-116 Apud. TORELLI, 2007: p. 6). O Convênio de Taubaté foi realizado em 1906 com propostas de políticas de valorização do café, dentre estas medidas é proposta a *Caixa de Conversão*²⁶ que objetivava a estabilização cambial. Com a substituição do trabalho de pessoas escravizadas pelo trabalhador pago em conjunto com a necessidade de importações de novos maquinários, a reprodução do capital cafeeiro não estava assegurada mais somente com a alta cambial.

“A ordem de problemas, nesse sentido, guarda uma relação direta com a inserção da elite e do Estado ao sistema capitalista internacional, visto que esta elite cafeeira paulista, pragmática na defesa dos seus interesses, tinha no comércio do café sua porta de entrada no sistema internacional capitalista. Logo, as transformações do sistema exigiam também novas formas de articulação interna desta elite e do próprio Estado no sentido de garantir esta inserção.” (TORELLI, 2007: p. 18)

²³ “Campos Salles apoiou os grupos que estavam no poder nos estados enquanto os mesmos garantiam bancadas dóceis com o poder federal no legislativo.” (TORELLI, 2007: p. 4)

²⁴ “Por meio do funding loan, para além das exigências feitas pelos credores internacionais, se configura numa forma de articulação do Estado periférico ao sistema, que necessita dele relativamente organizado para garantir a reprodução do capital financeiro do centro” (TORELLI, 2007: p. 21)

²⁵ “o governo, cujo Ministro da Fazenda era Joaquim Murtinho, elevou de 10 para 15% a cota-ouro sobre as importações e aumentou as taxas aduaneiras, criou o imposto de consumo (imposto do selo) sobre mercadorias de produção nacional, o imposto sobre algumas rendas e arrendou as ferrovias federais. Essa política deflacionista provocou muitas falências, inclusive a do Banco da República (semi-oficial), que suspendeu os pagamentos em setembro de 1900” (CAFFARELLI, 2002, p. 401)

²⁶ “O projeto da Caixa de Conversão tinha, de fato, um caráter suficientemente controverso em termos de política cambial, visto que proponha uma espécie de currency board que impedisse a oscilação do câmbio.” (TORELLI, 2007: p. 9)

A consolidação do Estado republicano brasileiro, movido a fortes reformas econômicas e pactos oligárquicos, teve sua reestruturação refletida no numerário e uma inédita preocupação com o meio circulante. Neste período houve políticas que projetaram as primeiras iniciativas de tornar hegemônica as moedas oficiais, através da retrocitada proibição de circulação de vales e fichas particulares até a produção de moedas oficiais que suprissem a escassez do meio circulante, poucos meses após a posse em 1898. Através da Lei nº 559, de 31 de dezembro de 1898 são autorizadas produções de moedas de prata e em liga de níquel. As moedas de prata são definidas como parte do programa de comemoração ao ‘Quarto centenário do descobrimento do Brasil’ [sic] e a série MCMI, moedas lançadas somente com a data de 1901 e única moeda do Brasil com a data em algarismos romanos.

As moedas em prata comemorativas para o evento em 1900, foram produzidas pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro nos valores de 400, 1.000, 2.000 e 4.000 réis e não chegaram a circular. Comercializadas mais como medalhas comemorativas (COIMBRA, 1960: p. 211), por ter seu valor de compra superior ao seu valor de face, foi dificultado o seu uso fiduciário e corrente. Entendemos que apesar de seu acesso restrito, a importância desta peça está em suas representações e especificidades, indícios do pensamento da época e reflexos da ideologia republicana que constituiu nossa nação. As diversas representações que aludem ao evento festejado se inspiram nos símbolos da colonização portuguesa, como a Cruz da Ordem de Cristo estampada na moeda de 400 réis e representações de caravelas nas moedas de 2.000 réis. A moeda de 4.000 réis desta série é a maior moeda brasileira já produzida, possuindo 50,6 mm de diâmetro, a representação de seu anverso trás a primeira referência a uma pessoa nas moedas republicanas brasileiras, homenageando Pedro Álvares Cabral²⁷ e em seu reverso dividem espaços iguais, lado a lado, as armas imperiais à esquerda e as armas republicanas à direita.

A série MCMI enfrentou dificuldades burocráticas para sua cunhagem contando com três leis que autorizam e incrementam sua produção. Através da Lei 559 de 31 de dezembro de 1898 é autorizada pela primeira vez a produção destas moedas, dedicando o valor de vinte mil contos de réis para produção de moedas em níquel “*A mandar cunhar no estrangeiro, com quem maiores vantagens oferecer*”. Como esta emissão não se concretizou, é repetida a autorização de produção destas moedas “*onde mais conveniente for*” através da Lei nº640 de 14 de novembro de 1899 e incrementando ao valor anterior a quantia de dez mil contos de

²⁷ “*Existe no Rio de Janeiro uma estátua de Pedro Álvares Cabral que possivelmente tenha dado inspiração ao gravador Francisco José Pinto Carneiro para fazer o desenho desta moeda. A estátua é de autoria do escultor Rodolfo Bernardelli.*” (CAFFARELLI, 2002, p. 124) As moedas da série MCMI foram desenhadas por Rodolfo Bernardelli e tiveram o cunho aberto por Paulin Tasset (CAFFARELLI, 2002, p. 125)

réis através da Lei nº741 de 26 de dezembro de 1900, totalizando a emissão de trinta mil contos de réis destas moedas. Para atender a alta demanda de moedas em níquel e devido incapacidade nacional de produção, foram encarregadas várias Casas da Moedas estrangeiras sendo cedido o cunho, portanto impossível distinguir em qual Casa da Moeda foi realizada a produção. A intenção de consolidação desta moeda e estabelecimento do novo padrão iconográfico pode ser expressa nas diversas tentativas legislativas de recolhimento e desmonetização das moedas de cunho antigo, ora em circulação. A indicação do recolhimento é citada na Lei 559 de 1898, já na primeira lei que autoriza sua produção, somente após início de circulação desta moeda esta substituição irá se concretizar de fato, repetida a indicação de recolhimento no Artigo 5º Lei nº 953, de 29 de dezembro de 1902²⁸. “*Em janeiro de 1902 apareceram em São Paulo as primeiras falsificações dessas moedas!*” (COIMBRA, 1960: p. 219)

As moedas em cuproníquel de 1901 foram produzidas nos valores de 100, 200 e 400 réis ([Imagem 5](#)) e contam com um total de 161.250.000 peças produzidas nesta série, somando todos os seus valores. Portanto a quantidade de produção destas moedas é superior em pouco mais de três vezes toda a produção anterior republicana entre 1889 e 1900 fabricada nesta mesma liga metálica²⁹. A escassez do numerário brasileiro herdado pelo regime republicano tem registros até finais do século XIX³⁰, sendo cessada a falta de troco com a circulação destas moedas em cuproníquel em 1901 (PROBER, 1957). Esta série tem suas representações similares em todos os seus modelos, variando somente o tamanho e peso da moeda de acordo com o valor estampado. É representado em seu anverso, ao centro uma figura feminina³¹ com uma diadema onde se lê “LIBERT “ (parte da palavra Libertas) circundada por 21 estrelas. Seu reverso conta com a representação das armas republicanas à direita, complementadas à esquerda por um ramo de oliveira³² que se conecta ao ramo de café contido no escudo das armas, tem em sua orla os dizeres “REPUBLICA DOS ESTADOS

²⁸ Lei nº 953, de 29 de dezembro de 1902 “*Art. 5º O Governo providenciará sobre o recolhimento das moedas de nickel dos antigos cunhos, marcando os prazos necessarios para a desmonetização e as mandará recunhar até a importancia correspondente áquellas emissões.*”

²⁹ Para efeito de comparação, a produção da moeda de 100 réis da série MCM (75.000.000 de peças produzidas), supera toda a produção brasileira anterior em cuproníquel (15.773.483 peças imperiais e 53.164.463 peças republicanas produzidas até 1900)

³⁰ Em relatório de 3 de março de 1898 à Assembléia, a empresa mineira têxtil, Companhia Cedro e Cachoeira, descreve dificuldades em vendas nos três anos anteriores e a relaciona com “*a falta de numerário no país.*” (VERSIANI, 1975: p. 55)

³¹ Representando a República em (CAFFARELLI, 2002 p. 126) e a Liberdade em Coimbra PG 219.

³² “*El olivo es sin duda alguna uno de los pilares de la dieta mediterránea*” [...] “*Su representación sobre las monedas sin embargo, no fue tan copiosa y siempre aparece en rama nunca el fruto exento*” [...] “*El olivo tenía un carácter sagrado en la Antigüedad y su presencia en las monedas siempre es en aquéllas de alto valor.*” (BELMONTE, 2012: p. 5)

UNIDOS DO”, em seu exergo o escrito “BRASIL” e logo acima carrega a característica que denomina estas moedas, a sua data em algarismos romanos, “MCMI”. Estas moedas têm grande importância iconográfica, carecendo de mais pesquisas para análise das representações eleitas e suas referências advindas das antiguidades grega e romana como a diadema e o ramo de oliveira. Sendo assim, o interesse nestas peças ocorre tanto com ruptura pelo padrão imagético que se impunha quanto pela sua inédita acessibilidade.

O acesso das pessoas às moedas mudou no Brasil com a virada do século XX, dando os primeiros sinais de consolidação deste artigo que integrou a nossa cotidianidade. Assim como a aristocracia de outrora, as pessoas se fascinam com o acesso ao dinheiro e encontra-se viva a história no bolso de épocas passadas. No entanto, devemos compreender quais características que preservam o fácil acesso a estas moedas do passado ou que garantem a sua escassez.

Nos anos seguintes houve leis que influenciam a permanência de algumas moedas do nosso numerário influenciando principalmente as moedas de materiais valiosos. Em decisão emitida no circular nº 26 de 19 de agosto de 1907 é definida a substituição de moedas de cobre do antigo cunho por moedas de bronze. Em relação à prata, através da Lei nº 1453, de 30 de dezembro de 1905 em conjunto com a decisão nº 40 de 4 de setembro de 1906, que respectivamente, altera o título das moedas de prata de 0,917 para 0,900 e a consequente substituição das moedas de cunhos anteriores, devido cadente quantidade de material nobre na produção desta liga metálica, são instituídas leis de recolhimento de produções anteriores, garantindo a manutenção em posse pública deste metal valorizado. Mais adiante com o Decreto nº 15.936, de 24 de janeiro de 1923, o Art. 1 e 2. Reduziu para 0,500 o título das moedas de prata, acentuando a escassez de moedas de cunhos mais antigos deste metal. A alta produção de moedas em níquel e a falta de leis para recolhimento, podem nos auxiliar a compreender os motivos do fácil acesso contemporâneo por meio do colecionismo às moedas MCMI, apesar de terem mais de um século desde de sua produção.

Considerações finais

De acordo com o exposto acima entendemos que as moedas são importantes vestígios históricos de uma época pela sua ampla circulação entre a população. Além disso, carregam o peso de serem produções oficiais fortemente influenciadas pelas mudanças econômicas e políticas. Sendo ainda muito pouco explorado o campo de pesquisa numismática. Este reserva aos pesquisadores que elegerem esta área para atuação, uma nova abordagem para

compreensão do período republicano brasileiro. Acreditamos que a pesquisa em moedas ainda nos preservam muito material de estudo para explorarmos e desvendarmos a multiplicidade de análises deste objeto tão presente no nosso cotidiano e muitas vezes desprezado.

Tendo em vista todo o caminho do acesso da moeda no Brasil, inicialmente durante o período colonial, onde a moeda oficial era dedicada às exportações e portanto posse da aristocracia, esta moeda foi facilmente integrada como patrimônio cívico e portador da identidade nacional. Em contraposição, a moeda republicana que até os tempos atuais não integra os símbolos nacionais do Brasil, de acordo com a Lei nº 5.700 que os decreta.

É inegável o reconhecimento dos viventes de uma nação de seu meio circulante contemporâneo. Levando em consideração o alto índice de analfabetismo presente em nossa nascente república, é destacado o papel propagandístico difusor dos ideais republicanos contidos nas moedas do período transicional brasileiro, portanto é incontestável a importância imagética da representação numismática em nosso território durante a formação republicana.

Durante a virada do século XIX para o século XX, o Brasil vivencia o fim da escassez metálica da moeda divisionária e surge a preocupação em tornar hegemônica a moeda oficial brasileira, em conjunto com a consolidação internacional do Estado nacional. Esta reestruturação garante a manutenção do Estado em formação, protagonizado pelos interesses do capital cafeeiro. O pagamento de salário em conjunto com a imigração europeia e o novo giro necessário na balança interna para compensar oscilações na balança externa, características que se desenvolvem no período que é instituído o regime republicano brasileiro, estimulam a demanda de maior número de peças para integrar o meio circulante brasileiro.

Porém nem todas as produções republicanas são tão facilmente encontradas atualmente. Não houve leis de recolhimento para as produções em ligas de cuproníquel e em sua expressiva quantidade de peças cunhadas, pode estar a resposta da permanência das moedas da série MCMI e cotidianidade desta moeda por meio do colecionismo numismático. Apesar de serem moedas pouco valorizadas, carregam em si os reflexos da estruturação da República brasileira.

Foi importante perceber que nas transições brasileiras de regimes, para o estabelecimento imperial e republicano, ocorreram primeiramente mudanças estéticas da moeda oficial, porém sem mudança da matriz econômica. No caso da estruturação republicana, ocorreram mudanças econômicas posteriores que redirecionaram as representações nas moedas. Observamos a ausência do barrete frígio, símbolo recorrente nas

moedas de mais alto valor durante a transição republicana, o qual deu lugar ao uso das armas nacionais, símbolo que ao longo dos tempos se perpetuou através das moedas.

Na construção deste texto foi chamativa a falta de artigos produzidos sobre as moedas republicanas brasileiras, sendo a maioria destas produções em formato de extensos catálogos, partindo da produção cronológica e sequencial das moedas. Este artigo é uma singela contribuição da tão vasta e pouco explorada numismática brasileira republicana. Ao decorrer do texto, encontramos diversas possibilidades de aprofundamento no tema. Este texto além de uma contribuição para a pesquisa na área de numismática, espera ser um convite aos pesquisadores acerca da multiplicidade do estudo em moedas. Deixamos então, algumas sugestões de futuras pesquisas: A constante busca por representações gregas e romanas nas moedas brasileiras se estendendo até os períodos republicanos; as relações do estabelecimento da moeda oficial durante as independências hispânicas e a substituição da imagem das casas reais, tendo em vista a diferença temporal de quase um século.

Referências bibliográficas

- A. Galvão, A Moeda no Brasil, Rio de Janeiro, **Imprensa Nacional**, 1905
- A. S. Oliveira Júnior, Terceiro Sistema Monetário, **Revista Numismática**, ano XII, n.s 1 e 4, São Paulo, 1945
- BELK, R. W. Ilecting as Luxury Consumption: Effects of Individuals and Households. **Journal of Economic Psychology**, v. 16. ed. 3. p.477- 492. 1995.
- BELMONTE, A. V La dieta mediterránea en la iconografía numismática antigua, **Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología**, Número 47, p. 23, 2012-2013
- BURKE, Peter. Testemunha Ocular. **História e Imagem**, Bauru, EDUSC, 2004
- CAFFARELLI, E. V. AS MOEDAS DO BRASIL: Desde o Reino Unido 1818 - 2000, São Paulo, p. 613, 2002
- CARLAN, C. U. FUNARI, P. P. A. . Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. 1, p. 16-24, 2010.
- CARLAN, C. U.. Simbologia, Numismática e Iconografia: A Imagem Como Documento.. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 1, p. 4-13, 2015.
- CASALECCHI, J. E. O Partido Republicano Paulista (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (I). **Revista de História**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 201-242, 1959. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107278. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107278>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (II). **Revista de História**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 543-556, 1961. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1961.120371. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120371>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (V). **Revista de História**, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 231-267, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.119874. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119874>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções de Numismática Brasileira (VII). **Revista de História**, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 515-542, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.120156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/120156>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- COIMBRA, Álvaro da V. Noções sobre Numismática. **Revista de História**, [S. l.], v. 12, n. 25, p. 241-275, 1956. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v12i25p241-275. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/37387>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- FAORO, R. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio, **Ed. Nacional**, São Paulo p.181-195, 1974

GOMES, Ângela de Castro ; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "O outro lado da moeda". (2001.: Rio de Janeiro,RJ). **Livro do Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002. p.107-134

LAKY, L. de A. (2008). As moedas de Olímpia e a consolidação da imagética de Zeus na Grécia Clássica. *Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia*, (18), 211-237.
<https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2008.89837>

LOBO, Augusto de Souza. Catálogo da Colleção Numismática Brasileira; (I Parte), Carimbos e Moedas Coloniais desde 1643 até 1822, (II parte) Moedas do Império, moedas e carimbos falsos, carimbos e moedas particulares, desde 1822 a 1889, Rio de Janeiro, 1908

Luís Marques Poliano, O primeiro cunho das Armas do Império. *Revista Numismática*, ano XII, n.os 1 e 4. São Paulo.

MAJLUF, N. De cómo reemplazar a un rey: retrato, visualidad y poder en la crisis de la independencia (1808-1830), *HISTORICA XXXVII.1* (2013): 73-108 / ISSN 0252-8894

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 65-87, jun. 1987.

Pedro Batalha Reis, Cartilha da Numismática Portuguesa, p. 189. Lisboa, MCMXLVI .

PROBER, P. Catálogo de moedas brasileiras de cobre, Rio de Janeiro. 1957. Disponível em: <http://www.snb.org.br/artigos/Carimbos%20Particulares.pdf> Acesso em: 4 jul. 2022.

REZENDE, E. Catálogo das Moedas Brasileiras, **MoedasdoBrasil.com.br**, Disponível em: <http://www.moedasdoBrasil.com.br/moedas/catalogo.asp?s=1&xm=7> Acesso em: 4 jul. 2022.

RODRIGUES, J. H. Teoria da história do Brasil: introdução metodológica, **Ed. Nacional**, São Paulo p. 392, 1975

TORELLI, L. S. Os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão: os debates parlamentares (1898-1914), **Leituras de Economia Política,Campinas**, (12): 1-23, jan. 2006/dez. 2007.

VERSIANI, F. R. A Industrialização Brasileira Antes de 1930: Uma Contribuição. **Estudos Econômicos IPE-USP**, p. 37-63, São Paulo, 1975

VICTORINO, Y. A MOEDA PARTICULAR DA MORRO VELHO:A MORRO VELHO DE 1848, **Blogspot**, Disponível em: <http://projetores-yuri.blogspot.com/2013/07/a-moeda-particular-da-morro-velho.html> Acesso em: 4 jul. 2022.